

➤ mesa redonda de *Olisipo a Ierabriga*

Carlos Fabião (moderador): É efetivamente surpreendente, o volume de novos dados obtidos nestas novas intervenções nos últimos anos no município de Vila Franca de Xira, novos dados esses, que são no fundo, a justificação deste encontro que aqui nos traz. Eu queria uma vez mais, honrar este convite que me fizeram para moderar esta mesa redonda, mas sinceramente, talvez a melhor maneira para lhe dar início, seria passar a palavra a alguma pessoa da assistência, que deste modo queira tecer algum comentário em torno das questões que ouvimos. Circunscrevendo-nos ao assunto principal que é a questão do traçado das vias e naturalmente em termos mais latos, as questões da geografia histórica, que se prendem com os Itinerários, e com a identificação de um conjunto de núcleos principais que conhecemos sobretudo das fontes literárias e epigráficas, sem esquecer naturalmente a questão que foi afluída nesta última intervenção, que é justamente, o dos limites entre as *Civitas* do baixo Tejo.

João Pimenta: Uma das questões que queria perguntar ao Professor Vasco Mantas e ao Professor Amílcar Guerra, é a da problemática em torno da epígrafe da Póvoa de Santa Iria? Esta inscrição é particularmente interessante pois o cidadão aí referido intitula-se como Olisiponense. Este facto, apesar de não ser de todo inédito, levou o Professor Cardim Ribeiro em 1994 a sugerir uma nova configuração para o território da *Civitas* de *Olisipo*, propondo que o território de *Scallabis* se estendesse pelas margens do Tejo até ao vale de Sacavém.

Mais recentemente com os mesmos fundamentos, o Professor Jorge Alarcão, no catálogo da exposição de *Scallabis* a Santarém, propõe que talvez *Ierabriga* pudesse mesmo ser uma sede de *Civitas* entre os dois territórios supra mencionados.

Outra das questões, que gostaria de colocar, é a coincidência da *Arabriga* de Ptolomeu e de Plínio com a *Ierabriga* do itinerário de Antonino. Se de facto coincidissem, Plínio fala de uma *Civitas Estipendiária* e assim, *Ierabriga* não seria um *Vicus*, mas algo mais?

Amílcar Guerra: Essas questões de *Arabriga* e *Ierabriga* são algo problemáticas. Começando pela última, os autores latinos conheciam mal a realidade do terreno. Há uma *Arabriga* que é uma cidade *estipendiária*, que nós não sabemos exatamente onde é, mas sabemos em que região se situa, na zona do Douro. Provavelmente em Ptolomeu houve uma certa confusão entre as duas coisas, e uma assumiu o nome da outra talvez de forma errada. Pelas fontes que consideramos relativamente fiáveis, *Ierabriga* poderia ser o nome daqui. Sinceramente penso que se trata de uma sobreposição de duas coisas distintas, e por isso, sem que haja nenhum dado em concreto, ficou a ideia de que *Ierabriga* poderia ser elemento de *Civitas*. O marco miliário de época tardia identificado em Alverca, retira praticamente esta possibilidade, ao indicar as vinte e três milhas medidas dali, o que o projetaria para muito longe, a não ser que o território dele fosse para depois. Há sobretudo falta de qualquer outro elemento que aponte nesse sentido, todos os dados vão em sentido contrário. Na revista dos elementos Plinianos, nós já temos mais do que o número de quarenta e cinco *Civitas*, e não há grande possibilidade de incluir mais um.

Sobre a questão da presença de indivíduos no território ou fora do território, se eu fizesse uma lista dos indivíduos, que estão dentro da sua cidade ou dentro do seu território e que indicam a sua origem, vocês ficariam espantados.

Eu sinceramente não insistiria na ideia de que ele indica a sua origem, portanto, se indica a sua origem está fora do território da cidade. Se quiserem, posso-vos indicar vinte ou trinta exemplos, alguns deles, que indicam a sua origem na própria cidade e não no seu território. E aqui importa reter, que no território é mais justificável que se indique, ou seja, estando ele propriamente não dentro da cidade mas fora do seu território, que sublinhe a sua condição de *Olisiponense*. Alguns inclusivamente estão na própria cidade, por isso, que interesse têm eles em afirmar que são daquela cidade, quando na verdade já lá estão?

Vasco Mantas: Bom, penso que acabaste de dizer o que ia mencionar, mas há um outro elemento importante, relativamente ao problema de uma *Civitas* “independente” em *Ierabriga*, em relação a *Olisipo* e *Scallabis*, que é a tribo *Galeria*, no fundo não há aqui mais nada, mas isso ainda podia ser ultrapassado porque podia haver uma *Civitas* que fosse também da tribo *Galeria* como *Lisboa*.

Em relação à questão da origem *Olisiponense*, como o meu colega Amílcar Guerra disse já, há uma série de situações idênticas. Ainda há anos, lembro-me de haver uma discussão acerca dos limites de *Pax Iulia*, porque em Serpa apareceu uma *Pacense* que se identificava como sendo *Pax Iulia* e existiu na altura uma certa discussão, talvez há uns quinze ou vinte anos, sobre os limites da Colónia de *Pax Iulia*, quando se considerou que Serpa e Moura ficavam fora dos seus limites.

Aqui passa-se precisamente o mesmo, com esta referência de uma origem *Olisiponense*, que pode ser apenas um snobismo. Como não se está em *Olisipo*, mas no seu território, de vez em quando ficaria bem mencionar a sua origem. Ainda hoje assistimos muito a essa ambiguidade, quando alguém diz, por exemplo, eu vivo em Lisboa quando na realidade vive nos arredores de Lisboa. Na época romana, não vejo razão nenhuma para que tal não pudesse funcionar também dessa forma.

Quanto ao problema da *Arabriga* ou *Ierabriga* de Ptolomeu, eu penso precisamente a mesma coisa, que é natural haver ali uma confusão de Ptolomeu entre a *Arabriga* do Tejo e a *Arabriga* do Douro, que naturalmente não tem nada a haver, porque se situa numa região completamente distinta.

As distâncias como vimos, em termos das coordenadas Ptolomaicas, não fogem muito da localização provável de *Ierabriga*, dando-nos mesmo uma margem de manobra mais confortável. Embora tradicionalmente se situe *Ierabriga* em Paredes ou Sete Pedras, a verdade é que o que lá há são só vestígios arqueológicos importantes, não temos nenhuma inscrição a dizer *Ierabriga*, pelos menos por enquanto...

Eu estou convencido que realmente esta *Arabriga* do Ptolomeu, é capaz de ser mesmo a *Ierabriga*, visto se encontrar muito bem situada entre *Olisipo* e *Scallabis*.

Isto é um quanto ou tanto complicado, mas é capaz de ser qualquer coisa parecida, com a ausência de *Scallabis* no Estrabão e a referencia a *Móron*, pois a descrição que o Estrabão faz daquele sítio, só pode ser Santarém. Talvez tivesse havido uma confusão com Almourol, porque havia também uma ilha, o facto é que não estamos a falar de edições originais, mas de coisas que andaram nas mãos dos copistas durante séculos.

A informação que Estrabão ou mesmo Ptolomeu tinham, era de coisas muito indiretas, e daí, poder ter havido com *Ierabriga* uma confusão desse género.

Eu digo sempre o mesmo, é preciso é escavar, porque sem escavações não se resolvem os problemas.

Carlos Fabião: O Dr. Virgílio Hipólito Correia está a querer colocar uma questão, e ia-lhe passar a palavra.

V.H. Correia: Eu tenho uma pergunta para o Professor José Varandas. Se do relato da batalha de Sacavém, é clara ou não, a existência da ponte em Sacavém nessa época?

José Varandas: Eu respondo, mas depois não sei se o Dr. André Leitão, que fez um trabalho sobre isso, não querera dizer mais alguma coisa.

Há a referência sobre a passagem para a outra margem, sobre uma superfície, e sobretudo a vinda de forças militares para o outro lado da margem. Se de facto a ponte é ali localizável e se de facto existiu, a crónica em si, não é muito clara. Mas também não faz parte do contexto, esse tipo de descrição.

João Pimenta: Queria colocar uma pergunta concreta aos elementos da mesa, que se prende com as propostas do traçado viário no percurso que estamos a analisar. Terá continuado a existir o percurso viário paralelo ao Tejo em direção a Ierabriga na antiguidade tardia? Ou este, por razões que não são claras, terá sido preterido em relação ao troço que evitava a ria flandriana do rio Trancão através de Santo Antão do Tojal?

Eu pessoalmente estou convencido da sua existência, em época alto imperial. De facto, os recentes trabalhos de prospeção que pude efetuar, têm indicado grande quantidade de sítios nas margens do Tejo, em direção a Alverca. Estes indicam claramente que o eixo que saía de *Olisipo* pela porta de Alfama e que viria pelo vale de Chelas onde há um miliário, Portela e Sacavém terá sido um elemento estruturante do povoamento em todo este percurso.

Existindo ou não ponte pétreia de origem romana sobre o rio Trancão em Sacavém, não invalida que aqui se atravessasse este significativo curso de água. Porque não através de uma ligação de barco. Recordemo-nos que como o Professor Vasco Mantas já referiu, existiu sempre uma complementaridade entre este troço viário com a ligação fluvial. Em muitas alturas do ano, vinha-se de barco até Vila Franca, e só depois se apanhava a estrada para cima.

Gostaria deste modo de saber a vossa opinião, se existiu ou não, esse troço viário saindo de *Olisipo* paralelo ao Tejo, sendo este complementar ao outro que iria pela calçada de Carris e São Julião do Tojal?

Amílcar Guerra: Eu tenho mesmo necessidade de falar, pois eu não esclareci totalmente a minha perspetiva. O traçado que é transmitido pela fonte do itinerário de Antonino do século III d.C., é o do Vale de Loures por Santo Antão do Tojal, sendo este provavelmente o principal.

É evidente que seria insensato da minha parte, estar a dizer que aquele era o único, pois a rede viária é muito mais complexa do que aquilo que nós podemos imaginar. Todas essas alternativas são suficientemente sólidas, e a solidez que teriam realmente na antiguidade, nós apenas vamos perceber-las mais tarde. Algumas poderiam ser inclusivamente alternativas muito consistentes, inclusivamente até, com marcos miliários a assinala-las,

nunca devendo excluirmos essas possibilidades seguramente. A minha única convicção é essa, de que aquilo que o Itinerário de Antonino reproduz, é o traçado através da calçada de Carriche e vale de Loures.

Vasco Mantas: Também em relação a isso, estou convencido que existia o caminho por Sacavém, que era muito mau como o atesta várias referências no século XVI, mas existia. O outro por cima, por Santo Antão do Tojal era melhor até ao Trancão, mas aí a passagem de barca também não era a melhor, conforme alguns relatos catastróficos da passagem do Trancão em Sacavém.

Na época romana creio que o troço principal é o que vai por Santo Antão do Tojal, o que não quer dizer que o outro traçado não existisse também. Menos importante, mais usado no verão como alternativa ou com um outro tipo de utilização.

Aliás em Santarém, havia uma coisa muito parecida com isso, porque havia um *deverticulum* que saía antes da ponta da Asseca e ia ganhar *Scallabis* pela calçada de S. Domingos, saindo numa grande necrópole que existia onde hoje se situa o Tribunal e antes a antiga Praça de Touros de Santarém, havendo aqui uma necrópole romana bastante importante. Ou seja, havia várias possibilidades de traçado, pois a via não é uma coisa tão “rígida” como nós às vezes pensamos. Não estamos a falar da utilização da mesma durante vinte ou trinta anos, mas de séculos, existindo ao longo do tempo, tal como hoje, a necessidade de proceder a algumas alterações ao seu traçado, em que por momentos se utilizava mais um percurso do que o outro.

Estou perfeitamente convencido que existia o percurso por Sacavém, com ponte ou sem ponte, pois tratando-se de um elemento forte, esta não era no entanto fundamental que existisse. No baixo-império este traçado pelo Tojal pareça realmente ser o mais importante, sem contudo excluir a existência do outro.

Amílcar Guerra: Eu não posso esquecer esta última comunicação, e as consequências daquilo que eu disse. Não devemos excluir a possibilidade de realmente o Monte dos Castelinhos ser *Ierabriga*, dado apresentar algumas condições vantajosas, que é sobretudo, a sua grande dimensão e o potencial que eventualmente terá o sítio. Inclusivamente, o próprio facto de ser uma *Briga* seria interessante.

Como objeção principal, podia ser a cronologia, isto é, ele vem referenciado em fontes que são bastante mais tardias e o sítio eventualmente podia já estar desocupado. A passagem do povoado para a zona baixa (Monte dos Loios) podia ser interessante, tal como a natureza do próprio sítio, se aí começarmos a implantar um sítio de natureza militar, também perde valor a relação com *Ierabriga*. O que eu posso dizer é o seguinte, se nós mantivermos a ideia que eu defendi, ou seja, de que genericamente a milha vinte e três está aproximadamente no sítio em que está, então é muito difícil fazer chegar *Ierabriga* ao Monte dos Castelinhos, na Castanheira do Ribatejo. Se nós admitirmos um pouco com a nossa flexibilidade de que, ele está aproximadamente no sítio, mas não no sítio certo, e pode por isso andar duas ou três milhas para a frente ou para trás, então aí com “boa” vontade chegamos e pomo-lo lá.

O que eu disse e procurei transmitir, foi a ideia de que se nós, nos prendermos um pouco a essa ideia da milha vinte e três em Alverca, vamos ficar “colados” à localização de *Ierabriga* entre Vila Franca de Xira e Povos.

Ana Raquel Silva: Só para complementar um pouco o traçado principal por Santo Antão do Tojal, gostaria de referir que recentemente os achados romanos têm-se vindo a multiplicar em Loures. Recentemente na própria zona de Santo Antão do tojal, na envolvente do traçado viário que o Professor Vasco Mantas sugeriu através da fotografia aérea, localizamos mais um sítio romano. Ele já está publicado, e irá brevemente ser alvo de uma atualização, na publicação da carta arqueológica, cujo topónimo é Quinta Velha.

Vasco Mantas: Muitas vezes ao tentarmos encontrar as estradas romanas, não damos com elas, mas sim, com vestígios de povoamento que não é obrigatório estar, precisamente por cima das estradas. Naturalmente quando se vai multiplicando o povoamento romano num determinado eixo, é sinal que havia ali qualquer coisa em termos viários. Tem que haver.

Graça Soares Nunes: Gostaria de deixar aqui mais um contributo a esta discussão, ao relembrar a questão das fontes históricas, e em particular dois autores locais do século XIX, que mencionam *Ierabriga*, são eles João Amaral e Lino de Macedo. Por outro lado gostava de referir, que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, acabou de adquirir, e se encontra a transcrever, uma nova monografia inédita do João Amaral, a qual poderá vir a ter um importante contributo para o estudo da antiga vila de Povos.

São dois autores do século XIX, são dois autores locais, são curiosos da história e que vão relatando alguns factos, mas que mencionam a localização de *Ierabriga*, em Vila Franca de Xira.

Amílcar Guerra: Na altura quando estudei a questão de *Iera* a Xira, remeti precisamente para alguns historiadores locais, mas sabe que nós universitários, temos a mania em não levar muito a sério e em consideração o legado de autores antigos.

Muitas vezes eu constato, que às vezes, nós andamos ali anos e anos a debater as coisas, e voltamos à forma original ou seja à primeira proposta de todas, às vezes a mais acertada e correta ainda que pouco fundamentada e baseada apenas numa impressão que a pessoa teve.

Graça Soares Nunes: Eu penso que deixei aqui uma pista! Depois há que cruzar este tipo de fontes com a arqueologia. O Lino de Macedo por exemplo, é Monárquico assumidamente, e apesar de ser muito apraz ler aquela monografia, temos pois, que fazer ali um “crivo” muito correto para se poder aferir alguns dados.

Amílcar Guerra: Sim mas às vezes, na realidade, eles foram tão pertinentes como foram certas propostas que os arqueólogos avançaram. Por vezes os arqueólogos também avançam baseados em palpites, ou em relações estabelecidas entre a existência de vestígios e determinada realidade concreta. Neste caso podíamos tomar por exemplo, a hipótese entre um determinado vestígio arqueológico apenas conhecido por achados casuais corresponde a uma estação viária. Sem se escavar, sem se comprovar mesmo que aquilo é uma *Mansio*, como é que às vezes nós podemos dizer isso? Deste modo, não andamos muito longe dos argumentos dos nossos antepassados.

Carlos Fabião: Eu diria provavelmente, que a parte mais interessante, será a de saber qual é a fundamentação! É aqui que reside a explicação.

Rodrigo Banha da Silva: Estou apenas a falar por mal-estar. Ouvi aqui, discutir a questão do *deverticulum* da via romana que saíria da Porta de Alfama em direção a Sacavém, e não posso deixar de informar, de alguns factos novos e de algumas reflexões velhas.

Relativamente aos factos novos, apenas para garantir que, comprovadamente essa via romana não só existe, como foi escavada em 2007 pela equipa do Museu da Cidade de Lisboa, na zona de Alfama. Ela está muito bem presente na arqueologia, na parte que diz respeito ao Município de Lisboa, nomeadamente na cartografia, onde até aos anos trinta do século passado, ela é, o eixo fundamental que atravessa a zona de Chelas e dos Olivais. Por cima dela, existe o registo de vários achados, como no campo de Santa Clara, numa zona já bastante afastada de Alfama, ou na zona do poço de Cortes, esta última bastante importante. Importante porque atualmente esta estação está soterrada debaixo da Av. Marechal Gomes da Costa, mas também porque, tem uma outra zona, que foi escavada nos anos setenta pela Dr.^a Irisalva Moita, e que nos comprova, que esse arqueossítio corresponde a uma estação bastante importante como área de necrópole, a qual estender-se-á por mais de quinhentos metros.

Do ponto de vista histórico, mesmo antes da reconquista, convinha relembrar que nos inícios do século XII, se fixou em Sacavém um Ribat, que virá mais tarde a dar origem à designação toponímica de Azóia, e é uma via importante relativamente à qual, o elemento arqueológico ou epigráfico mais forte, que é o famoso miliário de Chelas, me suscita a mim, as maiores dúvidas.

Independentemente da zona de Chelas ter um arqueossítio de cronologia romana, causa-me alguma estranheza, que por exemplo, um dos elementos epigráficos de Chelas, tenha um formulário bastante idêntico a um outro encontrado dentro da zona da cidade de Lisboa, e de um outro que o Professor Amílcar Guerra publicou há bem pouco tempo, oriundo das escavações do Castelo de São Jorge. Outro elemento dissonante é a chamada pilastra Visigótica ou Moçárabe de Chelas ser perfeitamente idêntica à exumada por Clementino Amaro na Casa do Bicos, também na zona histórica da cidade de Lisboa, e portanto, nada obsta a que, o famoso miliário de Chelas tal como ao que parece estes dois elementos, com probabilidade, se possam ter deslocado num “saltinho” de Lisboa a Chelas.

Vasco Mantas: Pois, esse é sempre o problema dos miliários! E esse ainda por cima existindo só sob a forma de uma transcrição mais ou menos literária. Seguramente havia outros miliários na zona da Casa dos Bicos, porque se é o ponto de partida da via, haveria com toda a certeza por ali espalhados, outros miliários. Mas é o tal problema, quer dizer, se nós começarmos também a deslocar as coisas de um lado para o outro, torna-se ainda mais complicada esta questão.

Em relação à pilastra Visigótica ou Moçárabe de Chelas, as escavações que existiram na antiga Igreja até ao momento, não puderam comprovar a veracidade destes achados atribuídos à zona. Não quer dizer, que não tivesse realmente existido ali uma estação relevante. Que a via romana passava por aqui, não há dúvidas.

Em relação ao miliário a interpretação é complicada, pois estamos limitados a uma informação que não podemos controlar, ainda por cima, quando não tem indicação de milhas nem nada. Resume-se a uma leitura estropiada de um miliário, muito mal tratado e que até quanto ao próprio Imperador levanta problema. Será Magnênsio? É muito complicada também aquela leitura, no entanto, por enquanto, temos que continuar a usar a hipó-

tese de que realmente houve ali um miliário algures na zona de Chelas. O que também em termos de traçado da estrada não altera grande coisa, pois admitindo que existe aquele troço como existe, não há problema nenhum se o marco miliário era dali ou não, pois a estrada passava por aí seguindo em direção a Sacavém. Se depois se passava em barca ou em ponte...isso já é outra história.

José Varandas: Não vou falar do miliário mas só queria fazer um comentário acerca da importância do espaço. Falou na saída por Alfama, e isto volta outra vez ao problema da ponte de Sacavém. Não é que esta seja um problema, não é de facto, mas é uma zona para o período que me interessa, manifestamente desprotegida ou que necessita de uma proteção adicional, quer para quem defende quer para quem ataca.

Entre 1147, mas já antes disso, são inúmeras as pequenas informações de problemas no Tejo. São problemas de pirataria, e não se pode colocar de parte, que essa pirataria seja muçulmana, provavelmente é. Na altura da conquista da cidade, sobem também um conjunto de Galés, que não sabemos se são portuguesas ou se vêm com a frota dos Cruzados, e que sobem para as proximidades do Trancão, mas não entram pelo Trancão. Haverá desta forma, algo que impede na realidade essa frota de subir para essa zona.

Há no entanto um conjunto de canoas, ou seja, navios a remos mais rápidos, que são navios de perseguição, não de navios maiores, mas provavelmente de embarcações mais pequenas, de canoas tripuladas por Alemães e que perseguem, segundo as crónicas, outras canoas que supostamente levariam mensagens de socorro para Évora e Beja. Essas mensagens não eram necessárias, pois toda a gente sabia que depois da queda de Santarém, que o próximo objetivo seria aquele.

O comentário que eu aqui quero fazer sobre o que disse, é o de que existe uma zona exposta no flanco da cidade, por onde passa uma via de saída, que provavelmente no período romano, era uma via nuclear, mas que durante uma grande parte da Idade Média, é uma via sensível do ponto de vista da proteção.

Com a saída pela calçada da Carriche e por Santo Antão do Tojal, atravessam-se muitas terras episcopais e por conseguinte, existem referências a alguns pagamentos muito curiosos, sobre determinadas mercadorias e também com algumas isenções muito singulares. Isto precisa de ser visto com mais atenção e pormenor.

O facto é que na Idade Média, a saída por Alfama, Chelas e a zona dos Olivais e toda a envolvente virada ao Trancão, é sistematicamente referida, e há também uma contenda muito feroz entre o Rei, o Bispo de Lisboa e São Vicente de Fora, exatamente sobre direitos de passagem. Sobre o miliário eu não digo nada.

João Pimenta: Gostava de deixar aqui duas questões. A primeira é em relação ao Convento de Chelas. É interessante às vezes recordar autores antigos, como é o caso de Mário de Sáa, apesar de os seus trabalhos na área da arqueologia não serem muito consensuais, a perspicácia de algumas das suas observações e do conhecimento do terreno são particularmente úteis. Este autor referia uma coisa muito interessante em relação ao convento de Chelas. Ele interpretava esta abundância de material epigráfico e decorativo, como o meu colega Rodrigo Banha referiu, com a existência de um pequeno museu de antiquálhas que teria existido algures, em época Renascentista, em torno do Convento em Chelas. Um pouco como aconteceu em torno da Igreja de São Miguel de Odrinhas, embora Chelas tenha outros problemas e uma história diferente.

É de facto possível estarmos perante uma situação similar, ainda que exista documentação sobre uma ocupação romana sob o convento. Nomeadamente uma necrópole que surgiu quando se abriu a capela-mor no século XVIII, da Igreja do Convento, tendo aparecido uma sepultura com uma inscrição associada. Uma coisa não invalida a outra visto que também em Odrinhas existe uma estação romana sob e em torno da Igreja. É só mais um apontamento, mas se estas peças tivessem sido aqui reunidas muitos destes materiais poderiam vir de Lisboa. Tendo presente esta leitura, o miliário de Chelas poderá ter vindo algures da via que passaria ali e não necessariamente no vale de Chelas, que nem sequer é muito fácil, mas um pouco mais para sul, para a zona de Xabregas.

A segunda questão que queria proferir, tem que ver já com a intervenção do Professor José Varandas, e com a ocupação Medieval da via. Nós temos isso já bem atestado, embora não esteja a ser alvo de tratamento específico por parte do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. A ocupação de época Medieval encontra-se particularmente bem atestada do ponto de vista documental ao longo da estrada romana. Desde cedo assiste-se a um cuidado particular de articulação do povoamento, que está patente nos forais e na documentação medieval de defesa, com a construção de castelos, torres e atalaias ao longo da estrada.

No território do município de Vila Franca de Xira, começando pelo sul, assistimos logo em Alverca, onde existiu um castelo e uma torre, mas da qual com certeza que a Dr.^a Graça falará melhor do que eu, sobre a documentação existente relativa a este reduto defensivo. Depois há toda uma série de documentação de Alhandra onde há referência à existência de uma torre negra, da posse do bispo de Lisboa. Em Vila Franca de Xira assistimos à referência documental sobre a existência das defesas da vila, estruturas essas que não necessariamente um castelo. Um pouco mais a norte temos o castelo de Povos, que era uma importante edificação militar, pelos vistos já com origens bastante antigas, depois temos a vila de Castanheira do Ribatejo, que também tinha defesas, e por último, o próprio Monte dos Castelinhos, que como o topónimo indica, é revelador de ocupação numa zona fulcral da estrada de controle e de atalaia com o castelo de Alenquer, o qual é visível a partir dali.

Se de facto começarmos a sistematizar a informação, há toda uma lógica de defesa da estrada Medieval, precisamente a partir de Alverca.

Carlos Fabião: Penso que se abre aqui, potencialmente uma outra via de trabalho e investigação para épocas Medievais, cruzando os dados que foram aqui comentados pelo Professor José Varandas, com os dados da arqueologia. É também uma boa ocasião, para que os historiadores e os arqueólogos, se comecem a dar melhor e a olhar com mais atenção uns para os outros.